

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ELEMENTOS AFRO-BRASILEIROS E INTERCULTURAIS NO CURRÍCULO INTEGRADO

Carmina Viana de Paula do Vale<sup>1</sup>  
Jair José Maldaner<sup>2</sup>  
Marcelo Rythow<sup>3</sup>  
Rivadavia Porto Cavalcante<sup>4</sup>  
Khellen Cristina Pires Correia Soares<sup>5</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva contribuir para o debate acadêmico, didático e pedagógico sobre a organização curricular de temas culturais afro-brasileiros no ensino médio integrado, com pretensão a uma formação geral do aluno. Será analisado o Projeto Pedagógico do curso técnico integrado de Meio Ambiente a respeito dos elementos/conteúdos afro-brasileiros organizados no projeto pedagógico de curso do ensino médio integrado. Para esse fim, faz-se o seguinte questionamento que orienta seu desenvolvimento: de que modo os elementos/conteúdos afro-brasileiros estão presentes e organizados no Projeto Pedagógico de cursos técnicos de nível médio de uma instituição federal do interior do estado do Maranhão? Nossa investigação será feita com base nos seguintes objetivos: (i) identificar e descrever a presença de elementos e temas culturais afro-brasileiros nas disciplinas curriculares do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Meio ambiente; (ii) averiguar a inter-relação desses elementos e temas com o conteúdo das disciplinas da organização curricular. Para tanto, realizamos o estudo a partir de revisão bibliográfica relevante ao tema, bem como a análise documental que é o próprio projeto do curso. A pesquisa demonstra que apesar de constar na organização curricular do Projeto Pedagógico do Curso, as leis que estabelecem as diretrizes e

- 
- 1 Carmina Viana de Paula do Vale. Mestranda do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Palmas, IFTO. E-mail: [carmina.dovale@ifma.edu.br](mailto:carmina.dovale@ifma.edu.br)
  - 2 Prof. Dr. Jair José Maldaner. Prof. Dr. do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Palmas, IFTO.. E-mail: [jair@ifto.edu.br](mailto:jair@ifto.edu.br)
  - 3 Prof. Dr. Marcelo Rythowem. Prof. Dr. do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Palmas, IFTO. E-mail: [marcelo@ifto.edu.br](mailto:marcelo@ifto.edu.br)
  - 4 Prof. Dr. Rivadavia Porto Cavalcante. Prof. Dr. do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Palmas, IFTO. E-mail: [riva@ifto.edu.br](mailto:riva@ifto.edu.br)
  - 5 Khellen Cristina Pires Correia Soares. Prof<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Palmas, IFTO. E-mail: [khellen.correia@ifto.edu.br](mailto:khellen.correia@ifto.edu.br)

---

-- ARTIGO RECEBIDO EM 15/06/2023. ACEITO EM 04/07/2023. --

bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nos ementários das disciplinas, esses conteúdos são apresentados de forma periférica e não específica sobre o que se vai abordar e nem como serão trabalhados.

**Palavras-chave:** educação profissional e tecnológica; cultura afro-brasileira; currículo integrado.

## PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: AFRO-BRAZILIAN AND INTERCULTURAL ELEMENTS IN THE INTEGRATED CURRICULUM

**Abstract:** This article aims to contribute to the academic, didactic and pedagogical debate on the curricular organization of Afro-Brazilian cultural themes in integrated secondary education, with the aim of providing a general education for the student. The Environment PPC will be analyzed regarding the Afro-Brazilian elements/contents organized in the pedagogical project of an integrated high school course. To this end, the following question is asked that guides its development: how are the Afro-Brazilian elements/contents present and organized in the Pedagogical Project-PPC of high school technical courses at a federal institution in the interior of the state of Maranhão? Our investigation will be based on the following objectives: to identify and describe the presence of Afro-Brazilian cultural elements and themes in the curricular subjects of the PPC in Environment; (ii) verifying the interrelationship of these elements and themes with the content of the subjects of the curricular organization. Therefore, we carried out the study based on a literature review relevant to the topic, as well as the documental analysis that is the course project itself. The research demonstrates that despite the laws that establish the guidelines and bases of national education appear in the PPC curriculum organization, to include in the official curriculum of the education network the mandatory theme “Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture, in the syllabuses of the disciplines, these contents are presented in a peripheral manner and do not specify what will be addressed or how they will be worked.

**Keywords:** professional and technological education; afro-brazilian culture; integrated curriculum.

### 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado pela diversidade racial e cultural de seu povo. Devido sua grande população negra e sua cultura (história, língua, literatura, música, danças, entre outros elementos de origem africana) fortemente definida ao longo dos séculos, pode se afirmar, conforme Menegon (2015) que a “África está em nós”. Embora os elementos afro-brasileiros estejam tão presentes na cultura do nosso povo, ainda não estão efetivamente incorporados nas práticas escolares. Esta assertiva se confirma devido ao fato de que, após quase duas décadas do lançamento da Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade da inclusão de história e de cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, muito pouco se tem avançado nesta direção, em comparação com os temas oriundos das culturas eurocêntricas e norte-americanas.

Com isso posto, o presente estudo tem como objetivo geral contribuir para o debate acadêmico, didático e pedagógico sobre a organização curricular de temas culturais no ensino médio integrado, com vistas a uma formação geral do aluno. Para tanto, faz-se necessário o seguinte questionamento que norteia seu desenvolvimento: de que modo os elementos/conteúdos afro-brasileiros estão organizados no Projeto Pedagógico-PPC de cursos técnicos de nível médio de uma instituição federal do interior do estado do Maranhão?

Para responder a este questionamento os seguintes objetivos conduzem nossa investigação: (i) identificar e descrever a presença de elementos e temas culturais afro-brasileiros nas disciplinas curriculares do Projeto Pedagógico do Curso ( PPC) do curso técnico integrado de Meio ambiente; (ii) averiguar a inter-relação desses elementos e temas com o conteúdo das disciplinas da organização curricular.

O presente trabalho se justifica na medida em que toma como objeto de estudo a compreensão da organização do currículo do Projeto Pedagógico de uma instituição a serviço da formação técnica de nível médio em um estado carente de desenvolvimento educacional. Segundo Ramos (2010) e Moura (2012) o currículo da Educação Profissional e Tecnológica precisa articular saberes relacionados ao trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, numa perspectiva humanística.

Quanto aos elementos culturais afro-brasileiros, estes por sua vez, se inserem como categoria essencial da vida pessoal e social do sujeito, são saberes essenciais para a formação humana. Principalmente no que concerne ao respeito dos valores étnico- raciais e aos direitos humanos de acesso a uma educação que contemple o desenvolvimento pleno da pessoa, conforme os termos do Artigo 205 da Constituição brasileira de 1988, que prevê a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Dessa forma, é dever das instituições de ensino inserir em seus currículos, conteúdos afro-brasileiros de forma clara e especificar de que modo esses conteúdos serão trabalhados durante o curso.

## **2 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se o método da pesquisa bibliográfica e documental, pois foram utilizados artigos que compõem as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, artigos que falam da cultura afro-brasileira, análise das bases legais da educação brasileira - LDB, bem como as leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 março de 2008 que tratam da inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a Constituição Federal de 1988, livro didático e o Projeto Pedagógico do Curso de Meio Ambiente.

Inicialmente procurou-se analisar o PPC do curso técnico de Meio Ambiente desde a sua organização curricular até o ementário, a fim de averiguar se os elementos afro-brasileiros estão contemplados nas disciplinas. Observou-se que

consta a Lei nº 9.394/1996, com destaque para o que menciona no artigo 26 – A, que é a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados (BRASIL, 1996).

De acordo com o PPC, a referida temática será trabalhada com tratamento transversal e integradora, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares, podendo ocorrer através de projetos integradores. Mas ao examinar o ementário e os objetivos, nota-se que os elementos em estudo, não estão apresentados de forma clara e nem como serão trabalhados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Arte, pois são as únicas que fazem menção da temática em estudo.

Esta análise foi realizada também nos livros didáticos de língua portuguesa e, somente no livro do 3º ano, contempla de forma parcial, pois traz uma breve exposição na última unidade de literatura e no último capítulo, em um poema de Luis Bernardo Honwana (Moçambique) e um conto de Baltazar Lopes da Silva (Cabo Verde).

### **3 DAS TEORIZAÇÕES ÀS BASES LEGAIS**

#### **3.1 Pressupostos para um currículo integrado**

A luta por uma educação profissional pública de qualidade já vem de muito longe. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), os fatos mais marcantes entre as leis do ensino técnico de 1942 e o Decreto n. 2.208/97, foram os enfrentamentos da sociedade civil organizada em defesa da escola pública e da educação dos trabalhadores em 1988.

A relação entre educação básica e profissional no Brasil é marcada historicamente pela dualidade. De um lado uma proposta de educação que prepara o indivíduo para a indústria, para atuar na produção. Por outro lado, uma educação direcionada para uma elite dominante.

Segundo Ciavatta (2005), o que se busca é assegurar uma formação básica que supere a dualidade entre cultura geral e cultura técnica, assumindo o conceito de politécnica. O termo “politécnica” não significa trabalhar com muitas técnicas, pelo contrário, faz referência a uma educação mais completa, integral e omnilateral. Nesse sentido, busca-se por uma educação integrada que venha contemplar uma formação mais ampla do sujeito. Para melhor compreender sobre formação integrada, Ciavatta (2005, p. 2) nos diz que integrar

É tornar íntegro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho

intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Neste sentido, o que se pretende, é oportunizar aos estudantes uma formação que seja voltada para os conhecimentos teóricos e científicos e não somente para aplicação de técnicas, isto é, o desenvolvimento das práticas.

Moura (2012) nos traz a ideia de que propor uma organização do currículo do ensino médio integrado é fundamental compreender como trabalho e tecnologia, articulam-se à ciência e à cultura. No que diz respeito a uma formação humana integral e omnilateral, Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1071-1072) afirmam que

[...] na educação brasileira atual essa perspectiva formativa existe como possibilidade teórica e ético-política no ensino médio que garanta uma base unitária para todos, fundamentada na concepção de formação humana integral, onilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura e, a partir dessa mesma base, também oferecer, como possibilidade, o ensino médio integrado.

Por esse motivo, pode-se afirmar que a educação pretendida tem a ideia de liberdade, de formar o cidadão em toda sua amplitude, é uma formação oposta à unilateral que tem a pretensão de preparar o sujeito apenas para as práticas profissionais, sem aprofundar os conhecimentos teóricos. A concepção de omnilateralidade possibilita ao homem revolucionar seu pensamento diante do trabalho alienado, precário que foi determinado pela divisão social do trabalho.

### **3.2 A importância da cultura para a formação geral do educando**

A literatura nos mostra a inquietação e a luta de vários pesquisadores e teóricos da Educação Profissional e Tecnológica por uma educação pública de qualidade que possa formar o sujeito em todas as suas dimensões. Uma educação que seja unitária, laica, gratuita, de formação politécnica, omnilateral. Dentre esses teóricos podemos citar Frigotto, Ciavatta, Ramos, Moura e outros. Sabemos da importância da educação em todos os níveis, mas vemos que a imposição do poder público quanto à educação é somente a do ensino fundamental. Isso não deixa de ser uma conquista, mas deveria ser obrigatório também para o ensino médio, por ser a última etapa da educação básica, e esta modalidade ainda pode preparar o sujeito para o mundo do trabalho.

O artigo 36-A da LBD nº 9.394/96, que trata da educação profissional técnica de nível médio, e ressalta que, “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996). Ora, compreende-se que não se busca uma educação tecnicista, onde o educando não seja capaz de apenas executar tarefas, mas tenha conhecimento da ciência que embasa essa técnica.

Ao refletirmos sobre a educação profissional no Brasil, observamos que ela sempre foi marcada por dualidade, especialmente Ramos (2010, p. 43), “na época

em que a educação profissional era uma política para retirar do vício e ócio os desvalidos da sorte”. Mas o que se propõe para a educação profissional e tecnológica de nível médio, não é formar técnicos especializados, mas sim propor uma formação politécnica. De acordo com Ramos (2010, p. 44):

A politécnica buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, essa ideia defendia o ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, objetivando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Partindo dessas afirmações, a profissionalização não estaria relacionada pelos interesses do capital, da indústria, do mercado, mas seria construído numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados com uma formação ampla e integral, omnilateral. Uma formação geral que oportuniza à pessoa ter conhecimento sobre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia. Seria formar o ser humano na sua totalidade e não em partes fragmentadas, pensando somente no mercado de trabalho.

### **3.3 A importância da cultura afro-brasileira no currículo integrado**

Compreendemos que o Brasil é um país marcado pela diversidade racial e cultural de sua população. A cultura afro é fortemente dominante no Brasil. Se olharmos para a nossa população veremos a quantidade de pessoas negras e descendentes de negros, principalmente nos estados onde eram desembarcados os negros que vinham da África feito de escravos. A África está em nós em vários aspectos: nas músicas, no samba, no carnaval brasileiro com ritmo africano, na ciência, na filosofia e nas pessoas negras que fazem e embelezam o carnaval brasileiro que é admirado no mundo inteiro.

No dia a dia, respiramos cultura africana, mas na escola, essa cultura é muitas vezes deixada de lado, quando não se cria conteúdos que possam valorizar o negro e sua cultura, e isso faz com que a sociedade seja dividida em classe e o negro é visto como uma pessoa inferiorizada. Acredita-se que a educação tem um papel muito importante para resgatar os valores humanos.

A escola é um local de poder, de reflexão que pode contribuir para a mudança desse cenário. Menegon (2015, p. 13) nos diz que “é necessária uma formação de leitores que respeite a diversidade cultural e valorize esse sujeito como um ser histórico e vinculado às particularidades de seu grupo sociocultural”. Para que isso ocorra é necessário que o projeto pedagógico contemple essas temáticas e que realmente seja trabalhado em sala de aula.

Apesar das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que preveem a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em todos os níveis da educação básica, ainda vemos que esses conteúdos são colocados de forma periférica em nossos projetos de cursos como também nos livros didáticos.

Ora, se a cultura brasileira é marcada, influenciada e constituída pela cultura africana, então, por que o negro não é visto de igual patamar com o branco? É preciso implantar nos currículos escolares de todos os níveis educacionais conteúdos que valorizem a cultura afro-brasileira, e a literatura é um dos caminhos a percorrer para se chegar a essa reflexão. De acordo com Menegon (2015, p. 24)

É nesse campo que a leitura de contos africanos em sala de aula pode favorecer a adequada aproximação da criança ao mundo de temáticas diversas. Inevitavelmente o texto literário de conteúdo africanista servirá como aliado para a primeira abordagem sobre o tema racial/étnico dentro de sala de aula. Entretanto, a presença constante de estereótipos nos materiais pedagógicos e, especificamente, nos livros didáticos e paradidáticos promove a exclusão, e a “solidificação” do negro em lugares estigmatizados pela sociedade. Assim, é nesse momento que cabe ao mestre desfazer os mal-entendidos que porventura poderão cristalizar concepções inadequadas no educando.

Vale ressaltar que a literatura negra brasileira através das obras de Machado de Assis, Lima Barreto e Cruz e Sousa, por exemplo, nos ajudam a conhecer e compreender um pouco da história do Brasil. Segundo Cajé (2017, p. 1-2)

A literatura e a história dos contos afro-brasileiros articulam-se e cria forma quando a consciência desperta com o impulso da cultura. A procedência dessa literatura surge com bases históricas e é homogeneizada aos poucos, sendo alicerçada pelo sistema dinâmico da oralidade, criando corpo e forma na escrita através da história mítica e do sagrado dos contos. Essa literatura é transmitida através da oralidade, construindo uma transmissão contínua, sendo, portanto, um sistema dinâmico o qual se encontram símbolos do sistema oral para além das escritas, envolvendo um mecanismo cultural que cria e recria-se: dessa forma, a literatura dos contos afro-brasileiros e a literatura negra é um sistema dinâmico que se faz acontecer, seja na escrita ou na oralidade, transitando e representando-se por um povo negro, construindo leitores orgânicos e críticos, para um povo historicamente oprimido que busca a igualdade.

Diante dessas afirmações, é importante que o currículo escolar tenha métodos de ensino-aprendizagem que levem à reflexão sobre as relações étnico e racial na sala de aula. Deve propor conteúdos afro-brasileiros e africanos para que possamos trabalhar e valorizar a riqueza cultural do negro na formação da população brasileira. Nesse sentido, o aluno deve ter contato com essa cultura, a história, a arte, a língua e a literatura desde as primeiras séries do ensino fundamental e se estender ao ensino médio. De acordo com Souza e Vieira (2016, p. 86)

O objetivo em se abrir espaço para a discussão das relações étnico-raciais em sala de aula, é quebrar as desigualdades sociais, gerados pela ideologia de existência de seres superiores e inferiores, que culminaram em um cenário de discriminação diante de uma nação que possui a diversidade como marca registrada. É de fato de que essa não aceitação da diversidade e sucessivamente a ideia de raças superiores e inferiores, acabam por acarretar grandes dificuldades para as vítimas no convívio social, na qual os mesmos são tratados de forma discriminatória e desigual.

É importante que os educandos tenham contato com a cultura negra desde as primeiras séries do ensino fundamental, pois através desses conhecimentos poderão se conscientizar das diferenças raciais e culturais, diminuindo assim, a discriminação e o preconceito racial ainda tão presentes em nossa sociedade. Para Menegon (2015, p. 26)

A interação entre as várias culturas pode propiciar a troca e vivências sobre práticas, costumes, regras de conduta, formas de alimentação, artes, enfim, a ampliação do repertório de conhecimentos dos grupos sociais, das entidades de classe e dos setores de municípios, estados e países.

O espaço escolar é um ambiente propício para a interação e reflexão. Dessa forma o currículo deve contemplar conteúdos que leve a refletir acerca da história e da cultura negra. Nesse sentido,

Professor e alunos devem organizar-se em comunidades de aprendizagem, onde cada um chegue com seus saberes e juntos vão construir novos conhecimentos num processo de trocas constantes, desmistificando situações de racismo, preconceito e discriminação arraigados nos grupos sociais e nas pessoas individualmente. Nesse aprender coletivo, professor e alunos acabam por enriquecer o processo educativo para ambos os sujeitos da aprendizagem. Especialmente quando se trata de racismo, preconceito e discriminação, o investigar e o aprender juntos garantem aprendizagens de melhor qualidade (LOPES, 2005, p. 189).

Menegon (2015) nos fala sobre a importância de que o aluno conclua a educação básica e tenha conhecimento das diversidades e das diferentes manifestações culturais presentes na sociedade contemporânea e que respeite à cultura negra e compreenda que

Resgatar tal cultura implica valorizar e enriquecer o patrimônio cultural brasileiro, promovendo aos aprendizes a adequada construção coletiva de uma identidade nacional pautada no senso crítico da história e dos aspectos que promoveram suas características essenciais (MENEGON, 2015, p. 26).

Segundo Costa e Bezerra (2021, p. 6), “é através dessa relação que se estabelece o respeito pela pluralidade étnico-racial na sociedade contemporânea, abrangendo assim, uma cultura multifacetada e diversificada em que estamos inseridos atualmente”. E nesse contexto que a escola se insere e tem um papel fundamental em disseminar conhecimentos que possam contemplar a literatura afro-brasileira, bem como a cultura negra de modo geral, a fim de resgatar a dignidade étnica e racial negada pelo meio social ao longo de décadas. Assim é possível construir uma sociedade livre de preconceito onde todos possam se enxergar iguais em direitos e deveres, e a cor da pele, bem como a diferença cultural não seja motivo de exclusão.

### **3.4 Contribuições da pedagogia histórico-crítica para uma formação humana emancipadora**

A ideia de uma educação defendida por Ramos (2016), visa a formação do indivíduo numa perspectiva histórico-crítica, ao invés de centrar os estudantes a



desenvolverem competências. A pedagogia das competências, segundo Ferreira e Santos (2018, p. 1) compõe um conjunto de pedagogias consideradas hegemônicas

[...] tendo implicações, especialmente, na compreensão da função social da escola de disseminadora dos conhecimentos científicos, sendo uma das consequências da perspectiva a desvalorização dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos produzidos historicamente pela humanidade tornando-os apenas uma ferramenta para desenvolver competências, cuja principal justificativa apresentada pelos intelectuais orgânicos do capital é a necessidade de adaptação ao novo contexto social da era globalizada, cujas transformações são constantes, e nesse sentido trabalhar com competências tem sido divulgado como a melhor opção para lidar com o inesperado e para suprir as novas demandas.

A proposta de pedagogia das competências é divulgada no Brasil no final dos anos 90 e início dos anos 2000 pelo sociólogo Phillipe Perrenoud que considera essa pedagogia como uma resposta à crise que a escola vem enfrentando, pois na sua visão a transmissão dos conhecimentos feitos ao longo dos anos acabam não tendo utilidade na vida do sujeito. Por outro lado, Ramos (2016) nos mostra que a pedagogia das competências fragmenta os currículos em disciplinas que não se articulam com a prática social, ou seja, é uma pedagogia

[...] centrada na eficiência de métodos e técnicas; e em finalidades educativas orientadas pela transmissão a-históricas de conteúdo – a euforia construtivista advinda da transição da “lógica” para o “psicológico” na educação acenava como uma solução desses problemas (RAMOS, 2016, p. 60).

Nesse sentido, pode-se compreender que a pedagogia das competências foca sua atenção mais na questão do “aprender a aprender”, na capacidade de mobilizar conhecimentos, e desenvolver raciocínio rápido, levando a uma postura mais prática e eficiente na resolução dos diversos problemas. Ao contrário do pensamento de Perrenoud, Ramos (2016, p. 62) nos confirma que

no Brasil, as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico, criadas pelo Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação n. 16/99 define a competência profissional como a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação, valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho. Já no campo da educação básica, “competências são as modalidades estruturais da inteligência, isto é, são ações e operações que se utiliza para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer.

Nesse contexto, Ramos (2016) nos revela que os conhecimentos adquirem um sentido intimamente relacionados com as competências que se pretende desenvolver, a fim de que o sujeito adquira conhecimentos que possam ser aplicados na vida. Ao contrário dos métodos de ensino de Perrenoud, que na sua visão

o aluno deve ser colocado frente a frente com “problemas numerosos, complexos e realistas, que mobilizem diversos tipos de recursos cognitivos., levando à ruptura com a segmentação do currículo em programas anuais”. Desse modo, o conhecimento se transforma em simples ferramenta para a

resolução de problemas, um meio para prover as necessidades de adaptação às demandas sociais na atualidade (RAMOS, 2016, p. 64).

Oposta à pedagogia das competências, a pedagogia histórico-crítica criada por Saviani (1989), tem como foco a transmissão de conteúdos científicos por parte da escola, mas sem ser conteudista. Deve ser um ensino politécnico, não no sentido de múltiplas técnicas, mas no sentido, de superar a duplicidade entre trabalho manual e intelectual, instrução profissional e geral, e que esse processo de trabalho se desenvolva de forma indissolúvel. Saviani (1989, p. 17) ainda argumenta que

Não existe trabalho intelectual puro, isto é, que esteja totalmente desvinculado dos aspectos práticos, como também não existe trabalho manual puro afastado de alguma teoria. Na educação, busca-se eliminar essa dicotomia. A ideia é articular teoria e prática, e proporcionar os fundamentos científicos das técnicas para um desenvolvimento multilateral.

Desse modo, essa pedagogia é contra-hegemônica, inspirada na pedagogia de Marx. Portanto, é preocupada com os problemas educacionais decorrentes da exploração do homem pelo homem. Para Saviani (1989), a politecnia vem na direção de superar a dualidade existente. Nesse sentido, faz-se necessário conciliar a teoria com a prática. Nesta perspectiva, Ramos (2016, p. 67) destaca que

A apreensão do mundo pelos homens inclui os conhecimentos das propriedades do mundo real – físico e social –, dos processos históricos de representação, valorização e conceituação desse mundo. Por isso, os objetos da educação são os elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem, de fato, humanos; conhecimento esses – científicos, tecnológicos, sócio-históricos, éticos e estéticos – produzidos pela intervenção humana.

Na Pedagogia Histórico-Crítica, a educação tem o papel de garantir os conteúdos que possibilitem aos alunos assimilar e participar da sociedade de forma crítica, superando a visão de senso comum. A ideia é socializar o saber sistematizado construído ao longo da história pelo homem. Dessa forma, o papel da escola é oportunizar as condições necessárias para a transmissão e a compreensão desse saber. Assim, é função da pedagogia socializar os sujeitos no mundo material e social concreto, preparando-o para conhecê-lo, enfrentá-lo e transformá-lo. Nesse cenário, exige a compreensão de conhecimentos anteriores transmitidos às novas gerações como um dos sentidos da escola.

### **3.5 Pressupostos legais para o ensino de cultura afro-brasileira**

Primeiramente, é oportuno enfatizar os documentos oficiais que deram base para a criação, a regulamentação e a aplicação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, no sistema educacional brasileiro. Assim, com as resoluções, pareceres e portarias, a regulamentação e aplicação dessa lei tornou-se um marco jurídico importante que pode dar início à transformação na realidade escolar.

A Constituição Federal (1988), garante a todos os brasileiros o direito à educação e esta será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Quando se trata de desenvolvimento pleno do indivíduo, está incluído o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Assim como o direito à educação, a CF em seu art. 215, garante também o direito à liberdade das manifestações culturais existentes no Brasil, a exemplo dos grupos indígenas e afro-brasileiros como manifestações culturais autênticas e dignas de proteção (BRASIL, 1988).

Mesmo com essas garantias asseguradas em lei, Melo e Gonçalo (2017, p. 98) afirmam que “a falta de entendimento e, de aceitação de determinadas manifestações, como, por exemplo, cultos e celebrações religiosas de origem africana engessam o fortalecimento das diversas culturas no Brasil”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), rege o sistema educacional brasileiro desde a educação infantil ao ensino superior. Em 2003, essa lei foi alterada com o acréscimo dos artigos 26-A e 79-B que corresponde à Lei nº 10.639/2003. De acordo com Melo e Gonçalo, (2017, p. 99), essas leis “[...] trouxeram grandes avanços nas discussões acerca do reconhecimento dos direitos da população afro-brasileira, formada por negros e pardos, os quais correspondem a cerca de 50,7% da população no Brasil, segundo IBGE, 2010”. Essa lei favorece a população afro-brasileira e avança no sentido de garantir o reconhecimento da história e da cultura dos afro-brasileiros no país.

A Lei nº 11.645 de 2008 é uma ferramenta jurídica criada e direcionada ao ensino da educação básica para impulsionar o respeito, o reconhecimento e a pluralidade cultural do povo brasileiro. Além disso, procura atender às necessidades de construção de uma educação igualitária que permita desconstruir as verdades definidas e construídas nos currículos oficiais, nos livros didáticos e nas diversas práticas estabelecidas no cotidiano escolar ao longo dos anos.

A escola tem um papel importante na divulgação e na valorização da cultura, história e religião da comunidade africana, afrodescendente e indígena. É a partir da educação, que a sociedade tomará consciência da importância de se respeitar a “pluralidade cultural” brasileira e, abolir sentimentos de discriminação racial e preconceitos contra os cidadãos, especialmente os afrodescendentes.

A legitimação e a obrigatoriedade sobre as questões culturais e sociais caracterizam um grande avanço no currículo escolar brasileiro. A força da Lei nº 10.639/2003 está provada de que a população brasileira é formada expressivamente também pelo grupo étnico afro-brasileiro.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O curso técnico de Meio Ambiente do campus Açailândia teve seu Projeto Pedagógico revisado e aprovado em fevereiro de 2017, conforme a Resolução nº 78/2017, e ainda se encontra em vigência até os dias atuais. A oferta é diurna, com entrada anual de 40 vagas e uma carga horária total de 3.400 horas, com tempo de

integralização de 3 anos e poderá se estender pelo dobro do período para finalizar todo o curso (IFMA, 2017b).

Quanto à oferta, ela feita de forma Integrada ao Ensino Médio e visa formar profissionais habilitados para atuar junto às indústrias, hospitais, comércios, construção civil, empresas e consultorias para capacitações em segurança do trabalho, estações de tratamento de resíduos, empresas de licenciamento ambiental, unidades de conservação ambiental, cooperativas e associações com capacidade para executar diversas atividades inerentes à área de acordo com os princípios éticos, humanos e sociais.

O curso ainda objetiva propiciar condições para que os Técnicos em Meio Ambiente elaborem, executem e avaliem projetos através de parcerias, convênios e pesquisas em sua área de atuação, objetivando atender aos mais diferentes segmentos da sociedade (IFMA, 2017a).

O curso propicia aos egressos atender às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho, em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

De acordo com o PPC, o Curso Técnico em Meio Ambiente visa também, contribuir com a construção da identidade do educando, enquanto agente social e político, incluindo a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico respeitando à diversidade cultural e ambiental. Além de formar profissionais que dominem os conhecimentos técnicos e científicos em seu campo de atuação, que tenham capacidade de resolver problemas cotidianos de cunho profissional, e que possuam valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional e criar condições para uma aprendizagem fundamentada pela prática, por meio de metodologias que contextualizem e exercitem o aprendizado, com vistas à autonomia do educando e à sua atuação profissional.

O perfil desejado para o Técnico em Meio Ambiente é o de um profissional qualificado para compreender, tomar decisões e propor soluções sobre problemas ambientais em toda a sua amplitude e diversidade. Compreendem-se aí, desde os problemas de desequilíbrios motivados pela exploração excessiva dos recursos naturais, como desmatamentos, uso predatório dos recursos e quebras nas cadeias alimentares típicas dos ecossistemas naturais, até, no outro extremo, os problemas pontuais e específicos derivados do emprego de tecnologias produtivas, do uso inconveniente de matérias e energia nos processos industriais e nas comunidades urbanas, gerando problemas de poluição do ar, da água e do solo.

Ao concluir o Curso Técnico em Meio Ambiente, o egresso será um profissional capaz de: participar de pesquisas e inovações tecnológicas na área ambiental; participar da elaboração de procedimentos operacionais, visando à redução de impactos ambientais; identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais, de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador; monitorar fontes de poluição e avaliar os resultados dos sistemas de controle ambiental; divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional; auxiliar na interpretação de informações, dados e legislações

ambientais; auxiliar no diagnóstico e implantação de projetos turísticos com foco na importância da sustentabilidade ambiental da região; atuar na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem, dentre outras atividades inerentes à área.

Ao analisar o PPC, observou-se que as referências bibliográficas contemplam as bases legais, mas ainda não constituem a valorização desses elementos afro-brasileiros de forma mais explícita dentro do currículo. Quanto ao ementário, observa-se que esses elementos aparecem de forma bem sutil e periférica em duas disciplinas que são: Língua Portuguesa e Arte. Em História e Geografia, não há nenhuma referência. Em Língua Portuguesa, o conteúdo é citado de forma muito genérica, não há definição do que será trabalhado dentro do conteúdo, o que não representa a implementação desses direitos, isto é, está contemplado nas referências, mas ainda não constitui um currículo.

Na organização curricular do projeto do curso, está contemplado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), com destaque para o que consta no artigo 26 – A, cuja (obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena) (BRASIL, 1996).

Embora estejam citadas as leis Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08, ainda assim, este currículo não especifica quais elementos da cultura afro-brasileira serão apontados no decorrer do curso. Apesar de falar na arte, não especifica que tipo de arte; fala da cultura, mas também não há na ementa, como vemos no quadro a seguir:

Quadro 1 - Comparativo do PPC revisado e aprovado em 2017 que se encontra ainda em vigência

PPC (2017)	PPC (2021) ainda em vigência
<b>ÁREA: Linguagens</b> <b>DISCIPLINA: Língua portuguesa</b>	<b>ÁREA: Linguagens</b> <b>DISCIPLINA: Língua portuguesa</b>
<b>Objetivos do 1º ano:</b> Distinguir a literatura afro-brasileira das demais literaturas europeias Carga horária da disciplina: 120 <b>Ementa 1º ano:</b> Estudo da literatura africana e afro-brasileira	Não específica de forma clara como o conteúdo será trabalhado. Não se sabe se é conto, poema, teatro
<b>Objetivos do 2º ano:</b> Distinguir a literatura afro-brasileira das demais literaturas europeias; <b>Ementa 2º ano:</b> Análise da literatura africana e afro-brasileira sob a perspectiva de seu conteúdo.	
<b>Objetivos do 3º ano:</b> Distinguir a literatura afro-brasileira das demais literaturas europeias; Perceber a arte e cultura indígena na literatura e nas demais representações artísticas. <b>Ementa 3º ano:</b> Estudo da história da literatura africana e afro-brasileira.	

<b>Livro didático do 3º ano</b>	Faz-se uma sucinta menção na última unidade de literatura e no último capítulo, em um poema de Luis Bernardo Honwana (Moçambique) e um conto de Baltazar Lopes da Silva (Cabo Verde).
<b>PPC (2017)</b>	<b>PPC (2021) ainda em vigência</b>
<b>ÁREA: Linguagens</b> <b>DISCIPLINA: Arte</b>	<b>ÁREA: Linguagens</b> <b>DISCIPLINA: arte, movimento e corporeidade</b>
<b>Objetivos do 1º ano:</b> Respeitar as diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, considerando a diversidade de produção artística cultural, (Lei nº11.645/08), “História e Cultura Afro-Brasileira e Cultura Indígena”. Carga horária: 40 <b>Ementa do 1º ano:</b> Arte na Pré-História Brasileira, Arte indígena, Arte africana e Arte afro-brasileira (Lei nº11.645/08);	
<b>Objetivos do 2º ano:</b> Respeitar as diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, considerando a diversidade de produção artística cultural, (Lei nº11.645/08), “História e Cultura Afro-Brasileira e Cultura Indígena”. Compreender os processos de produção, nos respectivos períodos da História da arte e dos movimentos artísticos na Europa, África, e no Brasil. <b>Ementa do 2º ano:</b> Valorização da diversidade étnico/racial com ênfase na produção cultural e artística material e imaterial dos povos europeus, indígenas e africanos, culminado numa cultura artística e pluriétnica. Fomento à Cultura Afro-Brasileira e indígena (Lei nº11.645/08).	
<b>Objetivos do 3º ano:</b> Respeitar as diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, considerando a diversidade de produção artística cultural, (Lei nº11.645/08), “História e Cultura Afro-Brasileira e Cultura Indígena”. <b>Ementa 3º ano:</b> Diversidade étnica para a formação do povo brasileiro (branco, negro e índio) quanto à produção artística, deixada pelos povos indígenas e africanos (Lei nº11.645/08);	
<b>ÁREA: Ciências Humanas</b> <b>DISCIPLINA: Geografia</b>	Não há nenhuma referência a conteúdo da cultura afro-brasileira
<b>DISCIPLINA: História</b>	Não há nenhuma referência a conteúdo da cultura afro-brasileira
<b>DISCIPLINA: Filosofia</b>	Não há nenhuma referência a conteúdo da cultura afro-brasileira
<b>Bibliografia básica de Língua Portuguesa</b> MACHADO, Vanda. “Tradição oral e vida africana e afro-brasileira”. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Org.). <b>Literatura afro-brasileira</b> . Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. JESUS, Ilma de E; OGUNBIYI, Adomair O. <b>Educação das Relações Étnico-raciais: Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana</b> . São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2010. <b>Bibliografia complementar;</b> Não há citação bibliográfica complementar na disciplina de Língua Portuguesa	<b>Bibliografia básica de Arte:</b> Não há citação bibliográfica básica na disciplina de Arte. <b>Bibliografia complementar:</b> MATTOS, Regiane Augusto de. <b>História e cultura afro-brasileira</b> . 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Fonte: IFMA (2017a).

Como vemos, os elementos em estudo são citados de forma muito abrangente nas disciplinas, onde são mencionados, principalmente em Língua portuguesa. Como objetivo está citado: “Distinguir a literatura Afro-brasileira das demais literaturas europeias”. Dessa forma, não há direcionamento, não estabelece uma orientação de ensino, porque o elemento cultural junto à língua portuguesa não constitui uma proposta de ensino. A inter-relação está vaga, não há uma especificação de como isso acontece. Do primeiro ao terceiro ano, está citado, mas não especifica a aplicabilidade dos conteúdos, e nem como serão trabalhados, está muito genérico, consta apenas por constar.

Na presente análise do PPC, levou, também, em consideração o livro didático de Língua portuguesa utilizado no 3º ano do ensino médio. Nele observou-se que a Literatura africana contempla parcialmente a temática. Traz uma breve menção na última unidade de literatura e no último capítulo, em um poema de Luis Bernardo Honwana (Moçambique) e um conto de Baltazar Lopes da Silva (Cabo Verde).

Na disciplina de Arte percebe-se que há mais detalhamento dos conteúdos a serem trabalhados, mas ainda assim, não informa de que modo será abordado, se será dança, música, culinária ou outras manifestações, não há também uma proposição de ensino especificada. Nas disciplinas de História, Geografia ou em qualquer ou componente curricular do curso, não menciona nenhum conteúdo que faça referência à cultura afro-brasileira e nem africana. Na concepção de Melo e Gonçalves (2018, p. 102),

A escola é um espaço heterogêneo por excelência. Nela, o contato com o outro é inevitável, o que permite a construção do conhecimento por meio de trocas e de diálogos entre costumes, culturas e identidades diferentes. Por outro lado, nesse ambiente escolar, que acolhe as diferenças, consolidam-se preconceitos e intolerâncias, evidenciados no cotidiano escolar, nas brincadeiras, nas piadas contra os afro-brasileiros e os homossexuais, nas rotulações discriminatórias, entre outros.

Sabemos que é papel da escola, e da comunidade que dela faz parte, reconhecer que a sociedade é multicultural e que o ambiente educacional deve ser responsável por estabelecer um equilíbrio entre esses sujeitos a fim de que haja respeito às diferenças culturais. É por meio da formação adequada dos(as) alunos(as) e demais membros participantes dessa comunidade que o respeito a essas diferenças deve perpassar os muros da escola, e influenciar toda a sociedade. Souza e Vieira (2016, p. 84) afirmam que

É de extrema importância que o núcleo escolar aborde a literatura negra em sua prática pedagógica, além de provocar o prazer e o hábito da leitura, a literatura torna-se uma importante ferramenta na formação dos indivíduos uma vez que desperta a reflexão, o senso crítico e a conscientização dos educandos a respeito da diversidade étnico-racial, afim de um bom convívio social. Estudar a literatura afro-brasileira é, portanto, estudar textos que relatam a vida e o cotidiano do negro, a sua luta e influencia na construção histórica e cultural da nação.

Diante do exposto, torna-se necessário uma reformulação no currículo do ensino médio integrado da educação profissional e tecnológica, no sentido de acrescentar conteúdos que retratem a história e a cultura afro-brasileira e africana em todas as séries. Nessa perspectiva, esses conteúdos não devem ser restritos somente à semana de africanidade, mas que possam gerar discussões em sala de aula, no sentido de formar sujeitos reflexivos, críticos e compreender que estamos num país multicultural, onde todos devem ser respeitados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa bibliográfica e documental, o resultado aponta para uma discussão a respeito da cultura afro-brasileira dentro da escola, e é necessário que se faça a partir do estudo da história do negro e sua chegada em nosso país como parte importante da construção da cultura do povo brasileiro. Com objetivo de investigar de que forma os elementos afro-brasileiros são trabalhados nos currículos do ensino médio integrado, partiu-se do questionamento: de que modo os elementos/conteúdos afro-brasileiros estão organizados no Projeto Pedagógico de cursos técnicos de nível médio de uma instituição federal do interior do estado do Maranhão.

Após análise do PPC verificou-se que o currículo está ancorado nas leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que orienta a esfera legal da educação brasileira e passou a ofertar a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Observou-se que apesar desses elementos contemplarem algumas disciplinas como Língua Portuguesa e Arte, eles estão expostos de forma bem periférica nos ementários e nos objetivos, mas ainda não consta como uma proposta de ensino. Em outras disciplinas como História e Geografia, não há nenhuma menção a respeito.

Diante disso, cabe olhar um mais reflexivo a respeito dessa temática. A escola precisa incluir em seus currículos conteúdos sobre a valorização da cultura africana e sua importância para o enriquecimento cultural brasileiro. É necessário falar da construção da História do povo brasileiro e o negro tem um papel importante nesse contexto. Este trabalho pretende fazer uma reflexão acerca das questões culturais afro-brasileiras e africanas na sala de aula do ensino médio integrado da educação profissional e tecnológica, dada a importância da abordagem das questões étnico-raciais em nosso cotidiano escolar e em nossa sociedade. Acredita-se que através das reflexões da literatura por meio de contos afro-brasileiros, é possível compreender que há um conhecimento carregado de saberes que não podem ser perdidos e nem ignorados.

Conforme Costa e Bezerra (2021), as pesquisas relacionadas a essa temática têm se tornado crescente nas mais diversas áreas de estudo por parte de vários autores afro-brasileiros. Dessa maneira, a literatura afro-brasileira no contexto escolar possibilita abertura, uma nova perspectiva no sentido de um olhar diferenciado para a educação, levando em conta a diversidade histórica e cultural que forma a sociedade brasileira.



Para que uma mudança efetiva aconteça é necessário lançar mão de novas práticas pedagógicas que priorizem conteúdos relacionados às questões étnico-raciais, no sentido de refletir sobre as contribuições do negro na cultura brasileira, tanto na música, na culinária como na arte e em outros seguimentos. Dessa forma é possível acabar com as antigas práticas carregadas de preconceitos e discriminação da população negra e afrodescendente em nosso país.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp). Acesso em: 24 maio 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 28 maio 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) Acesso em: 28 maio 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 28 maio 2023.
- CAJÉ, Antonio Marcos dos Santos. Literatura dos contos afro-brasileiros, conhecendo nossas histórias afrodescendentes. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 18, p. 01-11, 2017. Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/393>. Acesso em: 24 maio 2023.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. cap. 3, p. 83-105.
- COSTA, Dione Ribeiro; BEZERRA, Rosilda Alves. A literatura afro-brasileira em sala de aula. 2021. Disponível em: <http://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/Arquivos/%C3%A1reas%20tem%C3%A1ticas/Ensino%20de%20literatura/Dione%20>

e%20Rosilda%20-%20A%20LITERATURA%20AFRO-BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERREIRA, Fabíola da Silva; SANTOS, Fabiano Antonio dos. Reflexões sobre a Pedagogia das Competências. *In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO CPAN,3.; SEMANA INTEGRADA DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, 2., 2018, Campo Grande - MS. Anais [...], Campo Grande - MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016. p. 1-13. Tema: Base Nacional Comum Curricular: impactos na formação de professores. Disponível em: [https://cecpan.ufms.br/files/2019/08/C\\_12.pdf](https://cecpan.ufms.br/files/2019/08/C_12.pdf). Acesso em: 28 maio 2023.*

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. cap 1, p. 21-56.*

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO (IFMA). **Plano do Curso Técnico em Meio Ambiente na forma articulada integrada ao Ensino Médio.** Açailândia: IFMA, 2017a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO (IFMA). CONSELHO SUPERIOR (CONSUP). **Resolução nº 78, de 21 de março de 2017.** Dispõe sobre a reformulação do Projeto de Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Integrada ao Ensino Médio, no Campus Açailândia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Maranhão. São Luís: IFMA. 2017b.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação: procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. *In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.*

MELO, Carlos Augusto de; GONÇALO, Sandra Regina Pereira. Uma Proposta de Intervenção para o Ensino da Literatura Afro-Brasileira nas Aulas de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. **Letras & Letras (UFU)**, v. 33, p. 95-118, 2017.

MENEGON, Patrícia Pinheiro. **A África está em nós: contos africanos de Angola e Moçambique em Língua Portuguesa para o ensino de base intercultural.** 2015. 145 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confronto conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, out-dez., 2015.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista LABOR**, n.7, v.1, p. 1-19, 2012.

RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 2, p. 42-58.

RAMOS, Marise. Políticas educacionais: da pedagogia das competências à pedagogia histórico-crítica. *In*: BARBOSA, Maria Valéria; MILLER, Stela; MELLO, Suely Amaral. (Org.). **Teoria histórico-cultural: questões fundamentais para a educação escolar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 59-76.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989. Disponível em: <https://portaltrabalho.files.wordpress.com/2015/03/sobre-a-concepcao-de-politecnia.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

SOUZA, Gabriela Alves de Oliveira; VIEIRA, Wellington Neves. O Ensino Da Literatura Afro-Brasileira como objeto de transformação social. *In*: FESTIVAL LITERÁRIO DE PAULO AFONSO - FLIPA, 2016, Paulo Afonso. **Anais [...]**, Paulo Afonso – Bahia: Faculdade Sete de Setembro, 2016. v. 2, p. 80-94. Disponível em: [https://www.unirios.edu.br/eventos/flipa/anais/arquivos/2016/o\\_ensino\\_da\\_literatura\\_afro\\_brasileira\\_como\\_objetivo\\_de\\_transformacao\\_social.pdf](https://www.unirios.edu.br/eventos/flipa/anais/arquivos/2016/o_ensino_da_literatura_afro_brasileira_como_objetivo_de_transformacao_social.pdf). Acesso em 24 maio 2023.